

Tribunal Regional Eleitoral
do Ceará

PLANO ESTRATÉGICO 2021 - 2026



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Presidente

DES. INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

DES. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

Membros

DR. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA

DR. RAIMUNDO DEUSDETH RODRIGUES JÚNIOR

DR. GEORGE MARMELSTEIN LIMA

DR. DAVID SOMBRA PEIXOTO

DR^a KAMILE MOREIRA CASTRO

Procurador Regional Eleitoral

DR. SAMUEL MIRANDA ARRUDA

Secretário

DR. HUGO PEREIRA FILHO

COMITÊ ESTRATÉGICO

Diretoria-Geral

HUGO PEREIRA FILHO

Assessoria Jurídica da Presidência

MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA

Secretarias

PEDRO BRUNO TRIGUEIRO (SCR)

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE (SCI)

BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO (SAD)

CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO (SGP)

IBERÊ COMIN NUNES (SOF)

LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO (STI)

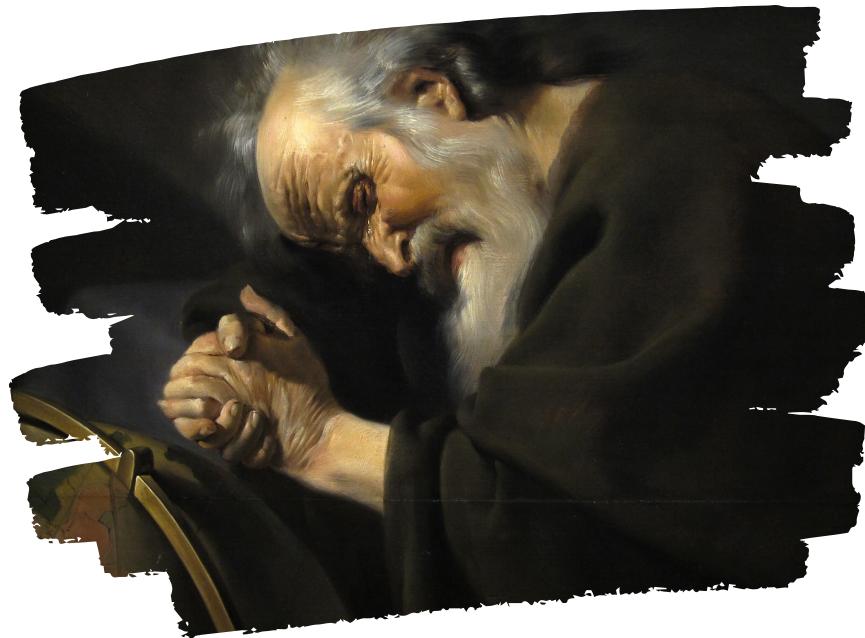
ORLEANES CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES (SJU)

Coordenadorias

ROBERTA LAENA COSTA JUCÁ (COEJE)

EDNA FERNANDES SABÓIA (COELE)

"A única constante
é a mudança."



Heráclito de Éfeso (aprox. 500 a.C. - 450 a.C.)



APRESENTAÇÃO

O planejamento estratégico funciona como um ponto de partida para todas as ações que uma organização realizará ao longo de um período para chegar na **Visão** de futuro almejada. Ele ajuda a criar um **plano para o futuro**, concentrando os recursos na **Estratégia**, com foco no que realmente importa a longo prazo, ou seja, aquilo que vai trazer **melhores resultados em prol dos objetivos institucionais**.

Assim, este plano foi concebido pela reflexão das contínuas mudanças nos ambientes externo e interno, objetivando **reconhecer problemas** que possam surgir ao longo do caminho e **identificar oportunidades** de melhoria na prestação do melhor serviço público à população. Portanto, mesmo que o mundo esteja em constante transformação, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará está devidamente preparado para cumprir suas funções constitucionais com determinação, propósito e clareza.

Dessa forma, o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará para o sexênio 2021-2026, instituído pela Resolução TRE-CE nº 793/2020, busca consolidar a **cultura da excelência** e o **comprometimento** de todos os magistrados, servidores e colaboradores com a melhoria contínua do serviço eleitoral.



INTRODUÇÃO

Durante o encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TRE-CE promoveu as ações necessárias para estabelecer este novo plano, em alinhamento com a **Estratégia Nacional do Poder Judiciário** para o período de 2021 a 2026, instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020. Nesse lineamento, com ampla participação e colaboração das diversas áreas que compõem a estrutura orgânica do Tribunal, deu-se a formulação deste novo **Plano Estratégico**, que preserva as melhores características do plano anterior com vistas à manutenção das realizações já alcançadas, mas que agrega novas diretrizes para atender às expectativas emergentes da sociedade num mundo em constante mudança.



Não se pode deixar de mencionar que a transição entre os ciclos da nossa Estratégia, ocorreu durante a **pandemia do novo coronavírus**, circunstância incomum que impôs a adoção de uma metodologia inovadora para o desenvolvimento deste Plano, que buscou assegurar a qualidade da reflexão institucional, mas sem olvidar das restrições decorrentes dos rígidos protocolos sanitários.

Por isso, as discussões para construção da **Estratégia** deram-se, principalmente, por meio dos canais virtuais, com amplo uso das novas tecnologias da informação e da comunicação. A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) forneceu o suporte metodológico às áreas do **Comitê Estratégico** para construir uma visão compartilhada dos grandes desafios institucionais (**Macrodesafios**), sob os quais foram delineados os respectivos **Indicadores de Desempenho**, os **Objetivos Institucionais** e as **Iniciativas Estratégicas** que constituem a bússola de atuação do Tribunal no período de 2021 a 2026.



É preciso destacar o **engajamento do corpo funcional do Tribunal**. A inestimável contribuição dos magistrados e servidores que atuam na Justiça Eleitoral do Ceará foi fundamental para definir as **prioridades estratégicas** e para assegurar a justa sintonia com as **expectativas das partes interessadas**. É notório que essa convergência de esforços foi possível pelo contínuo melhoramento da nossa gestão estratégica e da nossa governança, que avançam a cada ciclo de planejamento.

Assim, este Plano consolida a nossa visão comum sobre as mudanças necessárias para que o TRE-CE continue a ser reconhecido como a **instituição protetora da democracia e garantidora da legitimidade do processo eleitoral** no âmbito da sua jurisdição.



A JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

Segmento do Poder Judiciário especializado na matéria eleitoral, com jurisdição delimitada no Estado do Ceará, constituído pelo **Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE)**, pelos **juízes eleitorais** e pelas **juntas eleitorais**. O TRE-CE exerce sua função constitucional, em linha com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral, para assegurar o exercício da democracia, gerindo o processo eleitoral no âmbito do Ceará e seus municípios, e exercendo suas competências em quatro frentes:

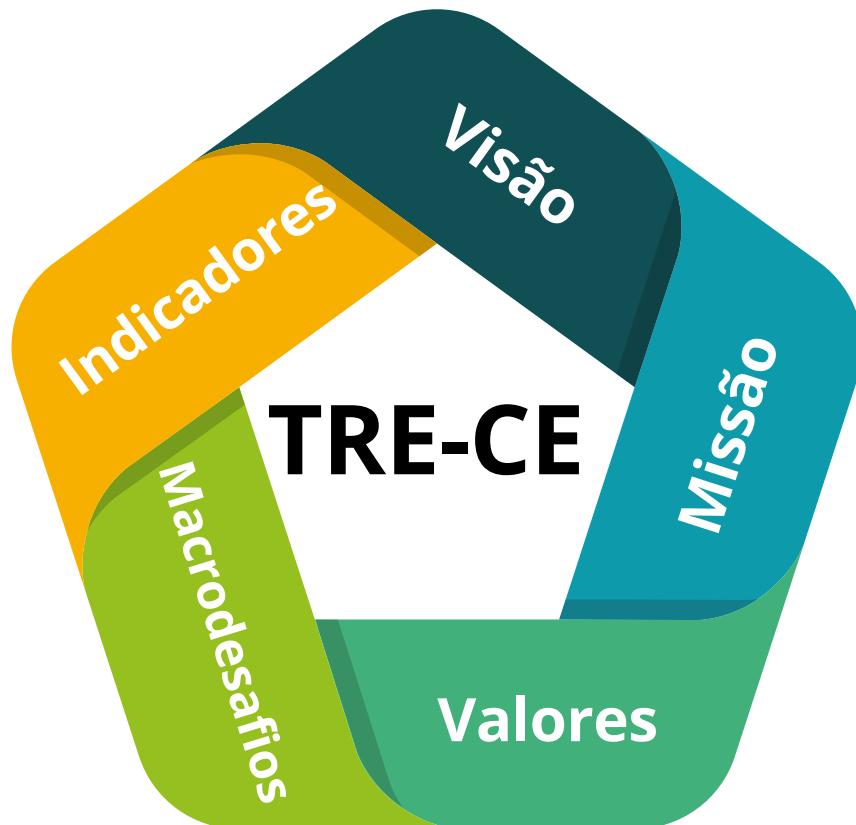


GERAÇÃO DE VALOR

O TRE-CE mantém um modelo institucional para criar, entregar e capturar valor nos contextos econômicos e sociais para a sociedade. De forma que todos os seus capitais humanos, intelectuais, materiais e financeiros são empenhados na consecução de serviços e resultados no cumprimento de sua **missão**, a fim de cumprir **objetivos institucionais** e gerar valor ao longo do tempo.



METODOLOGIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Construção colaborativa, participativa e democrática

A construção deste **Plano Estratégico 2021-2026** deu-se de forma colaborativa, participativa e democrática, com envolvimento de todas as áreas institucionais mediante a interlocução do **Comitê Estratégico**.

Dessa forma, o processo de planejamento estratégico na Justiça Eleitoral do Ceará seguiu uma metodologia iterativa, com ampla participação do corpo gerencial na formatação das **diretrizes estratégicas** e seus **desdobramentos**.

Inicialmente, ainda durante o segundo semestre de 2020, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão apresentou um cronograma de trabalho baseado na **Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026** aprovada pela Resolução CNJ nº 325/2020.

Como parte dessa metodologia os gestores que compõem o Comitê Estratégico promoveram reflexões internas com suas equipes para identificar as contribuições pertinentes ao enfrentamento dos **Macrodesafios**.



Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral 2021-2026

Etapas

A elaboração do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará para o ciclo 2021-2026 foi dividida em quatro etapas:



MISSÃO

Garantir a legitimidade do
processo eleitoral



VISÃO

Ser modelo de excelência na
gestão do processo eleitoral e na
educação política da sociedade



VALORES INSTITUCIONAIS

A seguir, são apresentados os sete valores mais representativos da nossa cultura organizacional



PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS



Perspectiva Sociedade

Permite avaliar o impacto da estratégia e como a instituição se relaciona com os beneficiários de seus serviços.

Perspectiva Processos Internos

Trata-se do aperfeiçoamento dos procedimentos para alcançar a excelência dos serviços prestados à sociedade.

Perspectiva Aprendizado e Crescimento

É a base para a concretização dos objetivos das outras perspectivas, e visa garantir os recursos financeiros, tecnológicos e de pessoal para a entrega dos serviços à sociedade.



MAPA ESTRATÉGICO

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Visão: Ser modelo de excelência na gestão do processo e na educação política da sociedade.





ALINHAMENTO



Perspectiva Sociedade

Macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais

Indicadores

- Índice de Ações de Inclusão Eleitoral
- Índice de Acesso à Justiça
- Índice de Acessibilidade
- Índice de Adequação Predial das Unidades Cartorárias
- Índice de Promoção de Educação Política sobre o Processo Eleitoral e a Participação Democrática Inclusiva.

Objetivos Institucionais

- * Fomentar ações de educação política e de promoção do voto consciente *
- *Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios
- *Intensificar as ações de promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na prestação dos serviços eleitorais

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.



Perspectiva Sociedade

Macrodesafio

Fortalecimento da Relação
Institucional do Poder Judiciário com
a Sociedade

Indicadores

- Índice de Satisfação do Usuário via Sistema de Ouvidoria
- Pesquisa de Satisfação do Poder Judiciário
- Índice de Transparência

Objetivos Institucionais

- Implementar a política de comunicação institucional
- Aprimorar os mecanismos de transparência e accountability, inclusive com a disponibilização de dados abertos
- Aperfeiçoar os sistemas de avaliação da satisfação da sociedade
- Fomentar as parcerias com instituições do Estado e da sociedade civil com vistas à inovação na atuação institucional

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.



Perspectiva Processos Internos

Macrodesafio
Agilidade e Produtividade
na Prestação Jurisdicional

Indicadores

- Taxa de congestionamento líquido (TCL), exceto execuções fiscais
- Índice de atendimento à demanda (IAD)
- Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos

Objetivos Institucionais

- Aumentar a celeridade, transparência e produtividade da prestação jurisdicional
- Ampliar a adoção de tecnologias de virtualização no processo judicial
- Aprimorar os processos de gestão de eleições
- Aprimorar a gestão processual na 1^a e na 2^a instância de jurisdição
- Aprimorar os meios e as ferramentas de monitoramento das estatísticas processuais

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



Perspectiva Processos Internos

Macrodesafio
Enfrentamento à Corrupção, à
Improbidade Administrativa e
aos Ilícitos Eleitorais

Indicadores

- Índice de prescrição
- Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE)
- Índice de processos administrativos disciplinares baixados
- Índice de execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria
- Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle

Objetivos Institucionais

- Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa
- Aprimorar as ações de controle relacionadas ao monitoramento do cadastro eleitoral
- Aperfeiçoar os mecanismos de inspeção e correição
- Aprimorar as atividades de auditoria interna
- Adotar medidas institucionais para assegurar a integridade e o compliance em apoio à boa governança

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.



Perspectiva Processos Internos

Macrodesafio Promoção da Sustentabilidade

Indicador

- ♦ Índice de desempenho de sustentabilidade (IDS)

Objetivo Institucional

- ♦ Institucionalizar as melhores práticas de sustentabilidade, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



Perspectiva Processos Internos

Macrodesafio
Aperfeiçoamento da Gestão
Administrativa e da
Governança Judiciária

Indicadores

- Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"
- Índice de Maturidade em Governança Pública
- Índice de Maturidade em Gestão Estratégica
- Índice de Maturidade em Gestão de Riscos
- Índice de Governança das Aquisições
- Índice de Gestão das Aquisições
- Índice de execução do Planejamento Integrado das Eleições
- Índice de celeridade na atualização de direitos políticos

Objetivos Institucionais

- Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão pública
- Aprimorar o sistema de gestão de riscos e controles internos
- Aperfeiçoar a estrutura orgânica do Tribunal
- Aprimorar o processo de formulação e acompanhamento de planos institucionais
- Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão das contratações
- Fomentar a celebração de compras sustentáveis e compartilhadas
- Assegurar os recursos para atendimento às demandas prioritárias do 1º grau de jurisdição

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.



Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Indicadores

- Percentual da força de trabalho total participante de ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)
- Índice de capacitação de servidores
- Índice de governança de pessoal

Objetivos Institucionais

- Aperfeiçoar a governança em gestão de pessoas
- Aprimorar o sistema de gestão da ética
- Aperfeiçoar o modelo de gestão por competências
- Aprimorar a sistemática de gerenciamento da distribuição da força de trabalho Intensificar as ações de promoção de saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores
- Aprimorar as ações de educação continuada para magistrados e servidores Implantar política de sucessão para líderes na carreira gerencial e para as ocupações críticas mapeadas
- Desenvolver o sistema para avaliação de desempenho de gestores e servidores por meio da aplicação de critérios objetivos
- Fomentar ações de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação
- Promover ações de incentivo à participação feminina nos cargos de chefia e assessoramento, em bancas de concurso e como expositoras em eventos, visando assegurar a igualdade de gênero no ambiente institucional
- Ampliar a adoção de tecnologias assistivas e de ações inclusivas para assegurar a plena participação de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários com deficiência ou mobilidade reduzida, em igualdade de oportunidades com os demais

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.



Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Macrodesafio
Aperfeiçoamento da Gestão
Orçamentária e Financeira

Indicadores

- Índice de perda orçamentária
- Índice de aderência orçamentária
- Índice de agilidade dos procedimentos de liquidação e pagamento

Objetivos Institucionais

- Aprimorar a compatibilização do orçamento anual com o planejamento estratégico
- Melhorar a qualidade do gasto público

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



Perspectiva Aprendizado e Crescimento

Macrodesafio
Fortalecimento da Estratégia
Nacional de TIC e de Proteção
de Dados

Indicadores

- IGovTIC-JUD
- Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total
- Índice de atendimento às demandas por informatização de processos

Objetivos Institucionais

- Melhorar a infraestrutura tecnológica das unidades judiciais e administrativas
- Aprimorar a governança de TIC
- Implementar a política de segurança de TIC
- Aprimorar o processo de aquisição e de desenvolvimento de soluções de TIC
- Assegurar a integração, a interoperabilidade, a padronização e a usabilidade das soluções de TIC
- Assegurar adequado suporte de TIC às áreas de apoio
- Desenvolver processos para classificação e tratamento de informações, assegurando a proteção dos dados críticos nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

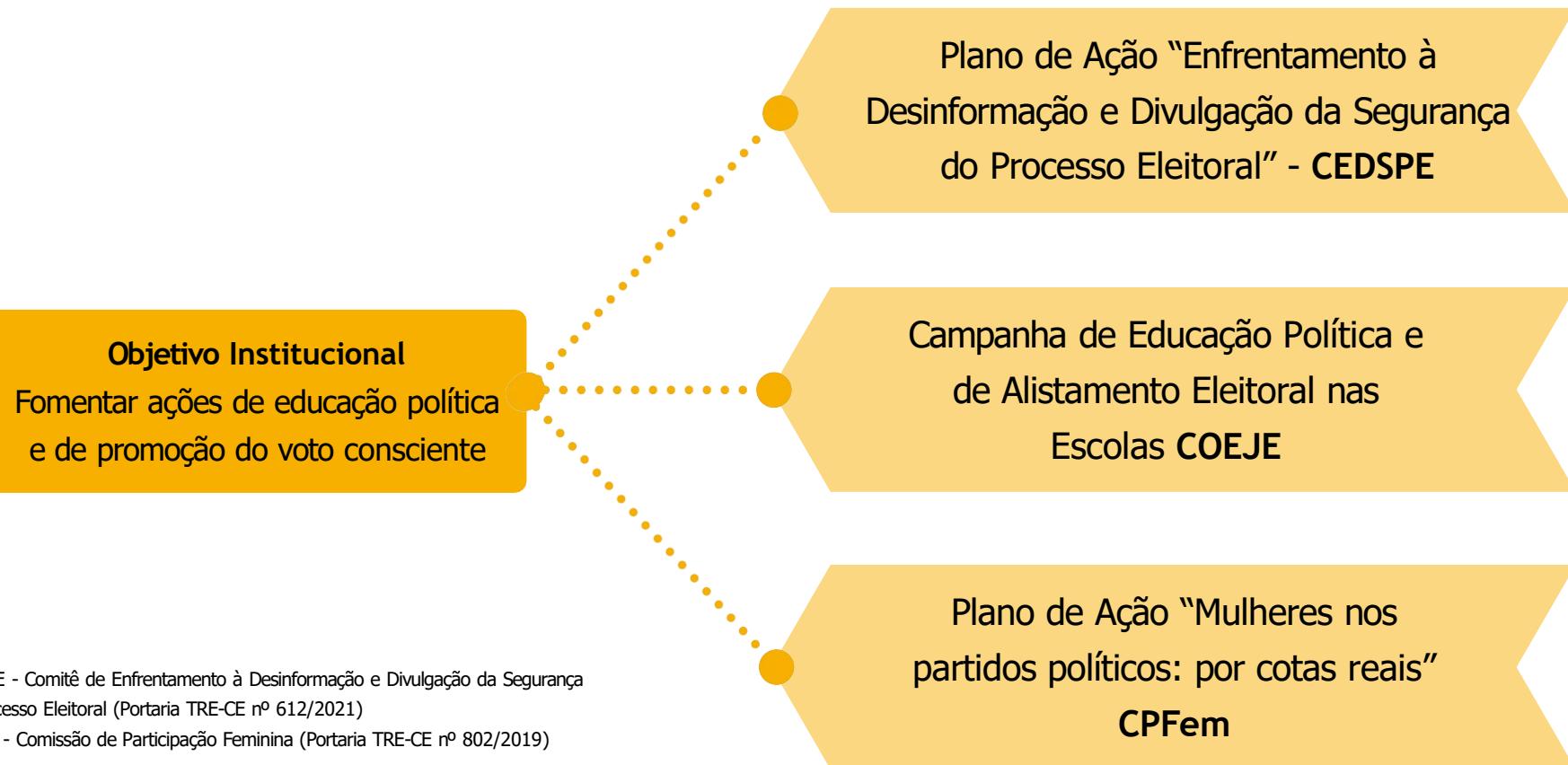
Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.





DESDOBRAMENTO

Macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais



CEDSPE - Comitê de Enfrentamento à Desinformação e Divulgação da Segurança do Processo Eleitoral (Portaria TRE-CE nº 612/2021)

CPFem - Comissão de Participação Feminina (Portaria TRE-CE nº 802/2019)



Macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais

Objetivo Institucional

Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios

Objetivo Institucional

Intensificar as ações de promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na prestação dos serviços eleitorais

Plano de Ação

"Voto dos Presos Provisórios"

SCR

Plano de Ação

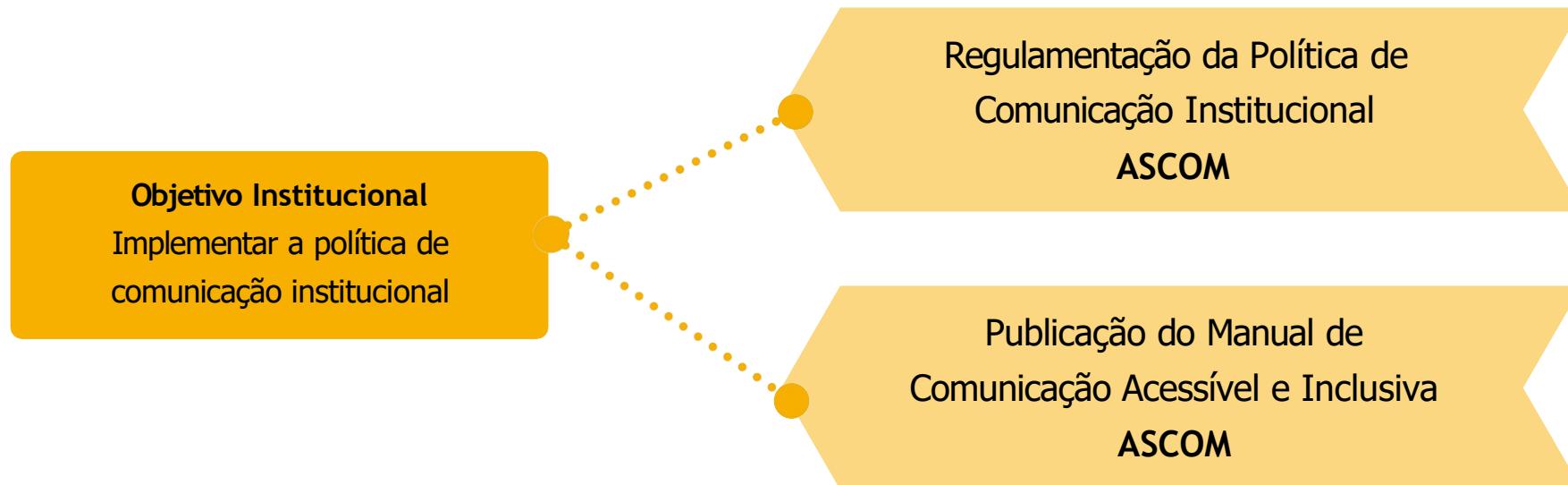
"Acessibilidade e Inclusão nas Eleições"

ASCIR

Plano de Ação
"Acessibilidade nas Unidades Cartorárias"

SAREN

Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade



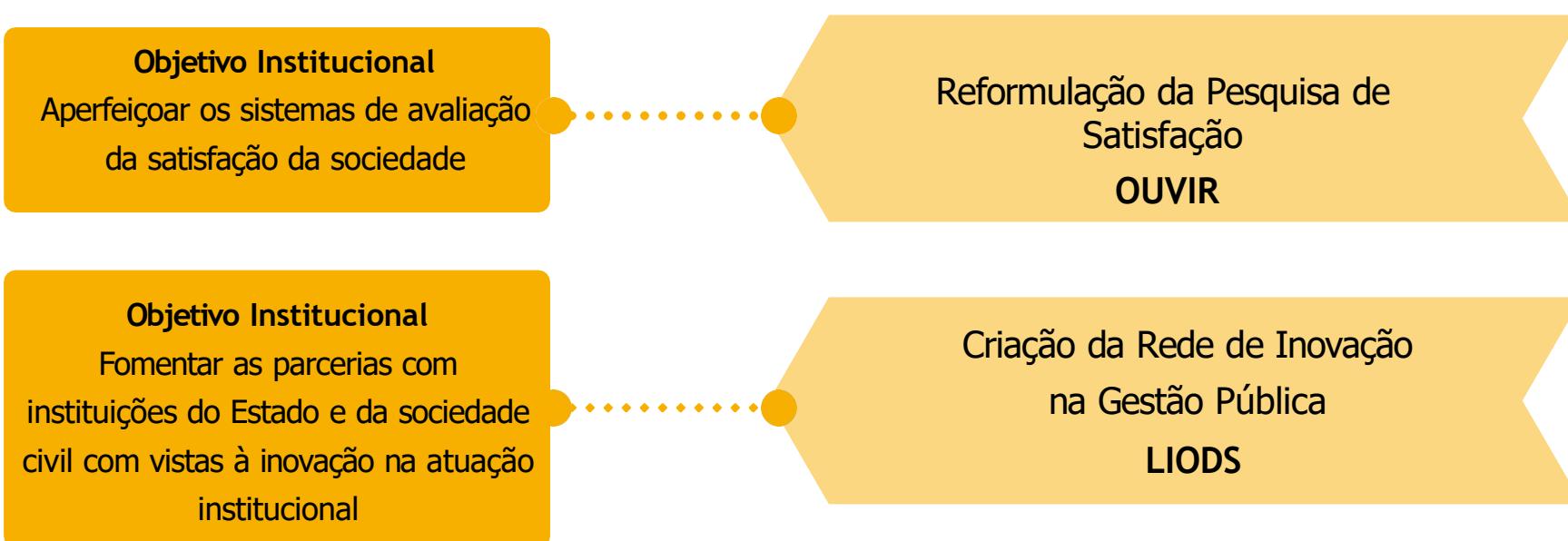
Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

Objetivo Institucional
Aprimorar os mecanismos de transparência e accountability, inclusive com a disponibilização de dados abertos

Plano de Ação “Transparência 100%”
ASCIR e SPE

Institucionalização do
Plano de Dados Abertos - PDA
STI

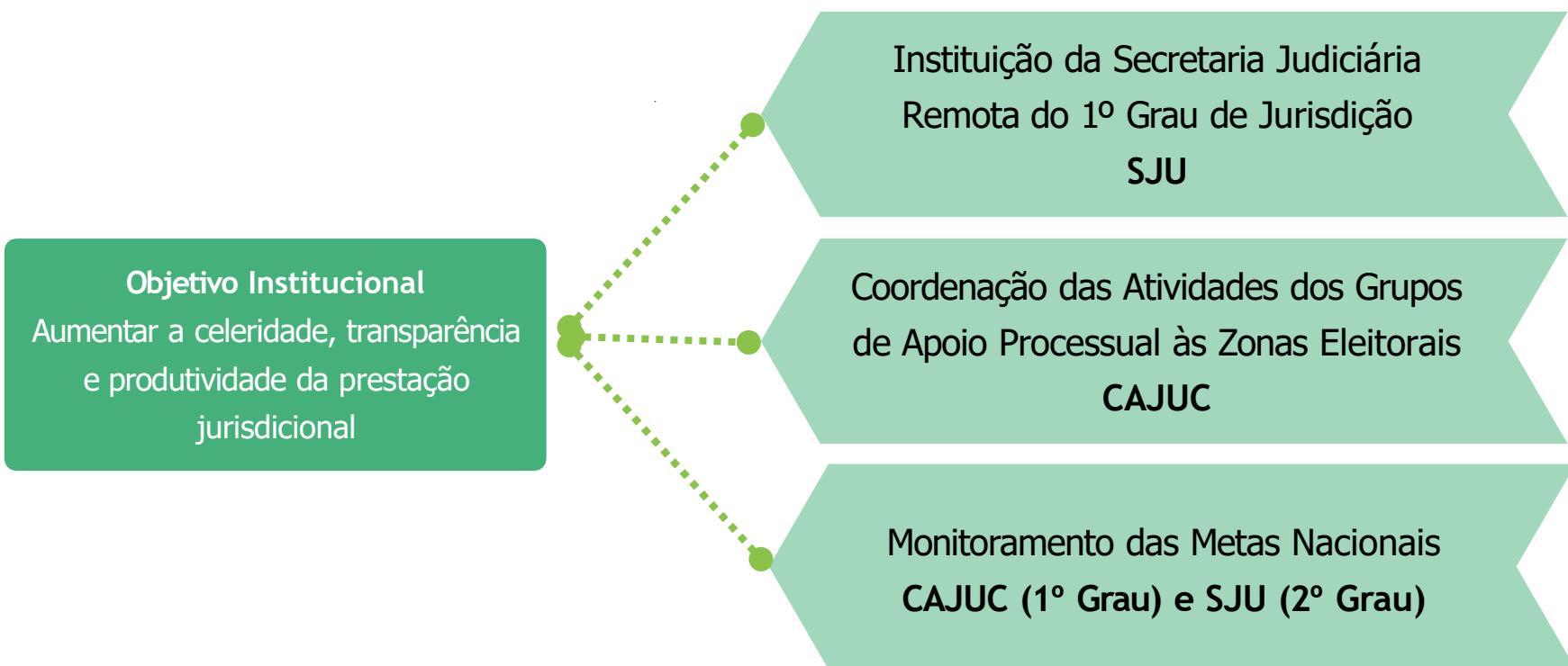
Macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade



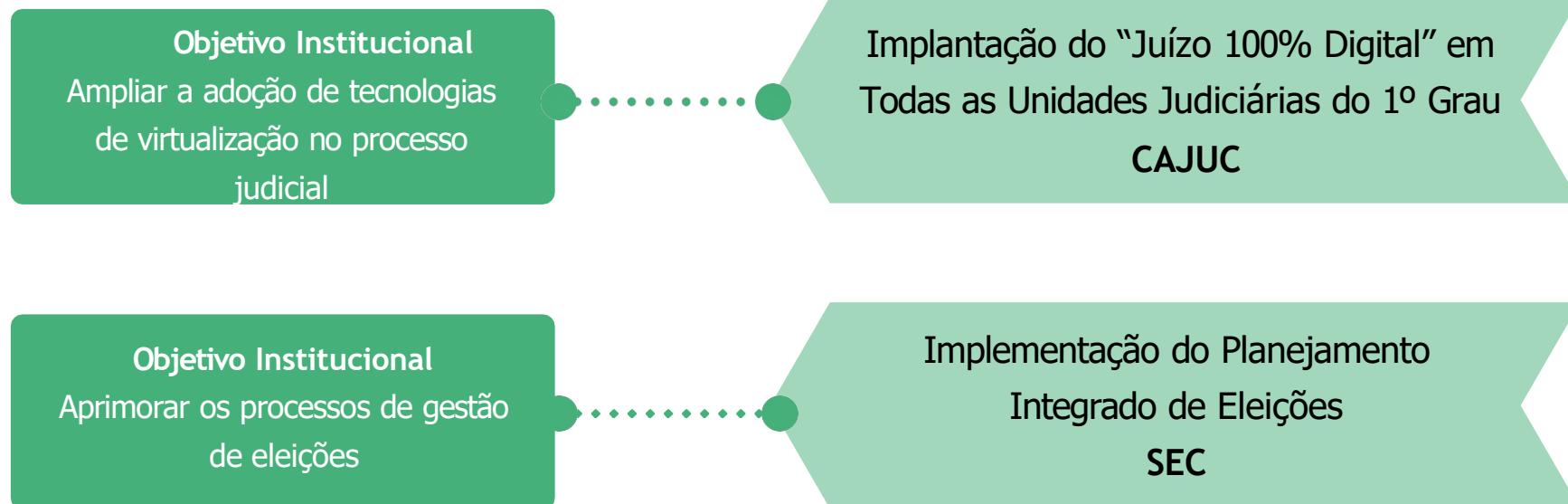
LIODS - Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Portaria TRE-CE nº 544/2021)



Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Objetivo Institucional

Aprimorar a gestão processual na 1^a
e na 2^a instância de jurisdição

Objetivo Institucional

Aprimorar os meios e as
ferramentas de monitoramento das
estatísticas

Reformulação do Núcleo de Estatística
para análise da produtividade processual
DIGER

Implantação do “Portal de Estatística
Processual” com *Business Intelligence*
SEEST

Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

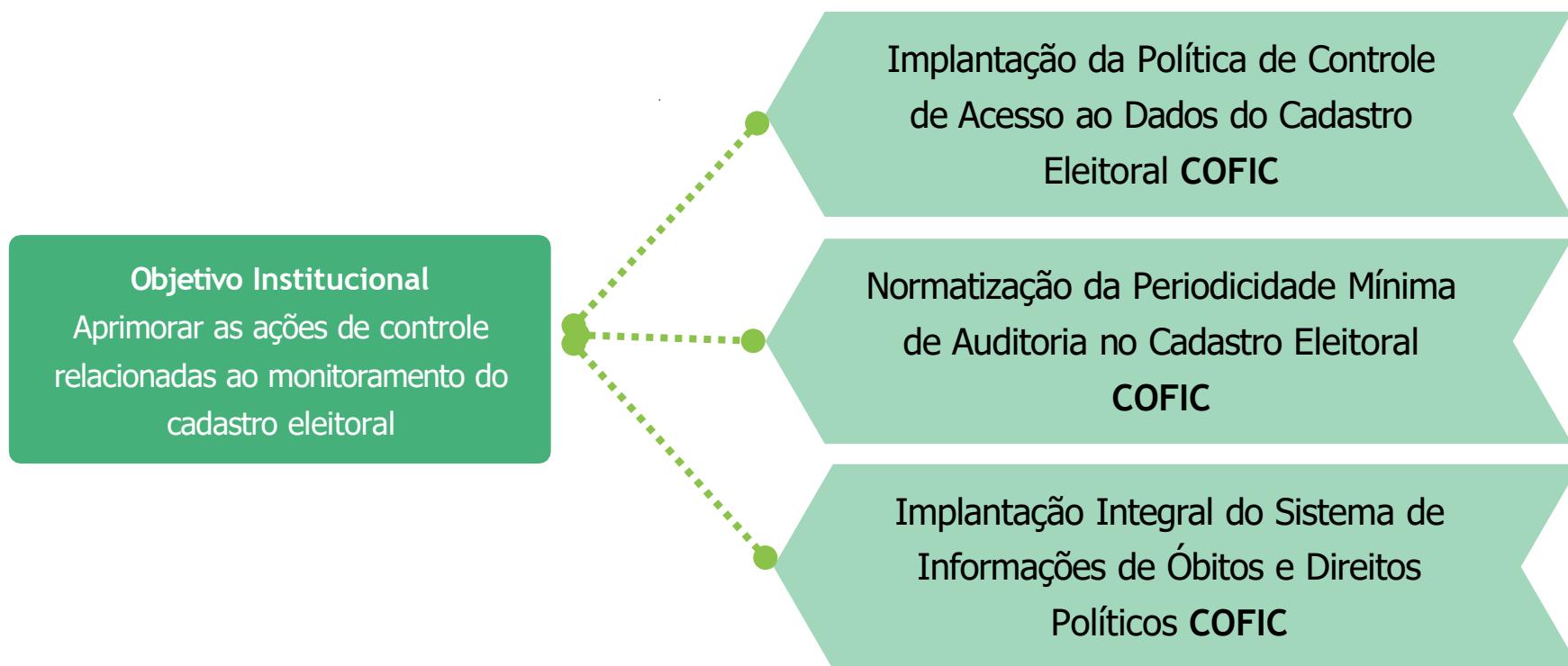
Objetivo Institucional
Aprimorar os mecanismos de
combate à corrupção e improbidade
administrativa

Plano de Ação do Programa Nacional de
Prevenção à Corrupção – PNPC
SCI

Objetivo Institucional
Aperfeiçoar os mecanismos
de inspeção e correição

Implantação da Sistemática Permanente
dos Trabalhos Correicionais Virtuais
CAJUC

Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais



Macrodesafio Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

Objetivo Institucional
Aprimorar as atividades de
auditoria interna

Implementação dos Planos
Anuais de Auditoria - PAA
COAUD

Objetivo Institucional
Adotar medidas institucionais para
assegurar a integridade e o
compliance em apoio à boa

Institucionalização do Sistema
de Integridade **DIGER**



Macrodesafio Promoção da Sustentabilidade

Objetivo Institucional
Institucionalizar as melhores práticas de sustentabilidade, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Implementação do Plano de Logística Sustentável – PLS
ASCIR

Adoção de Fontes Energéticas Alternativas nos Prédios Próprios e na Frota Veicular
SAD

Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

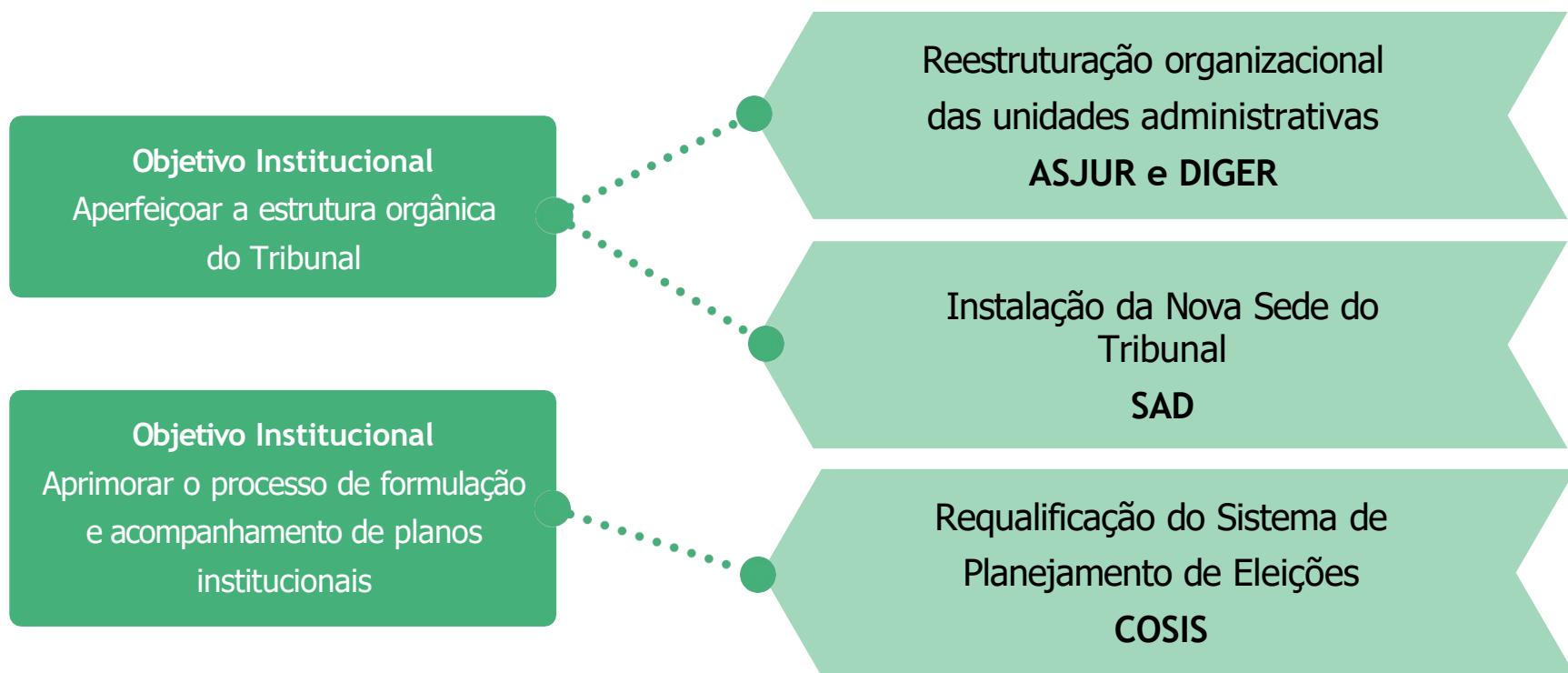
Objetivo Institucional
Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão pública

Implementação do “Portal da Estratégia” para Monitoramento do Desempenho
SPE

Objetivo Institucional
Aprimorar o sistema de gestão de riscos e controles internos

Institucionalização do Plano de Gestão de Riscos – PGR
ASCIR

Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Objetivo Institucional

Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão das contratações

Objetivo Institucional

Fomentar a celebração de compras sustentáveis e compartilhadas

Objetivo Institucional

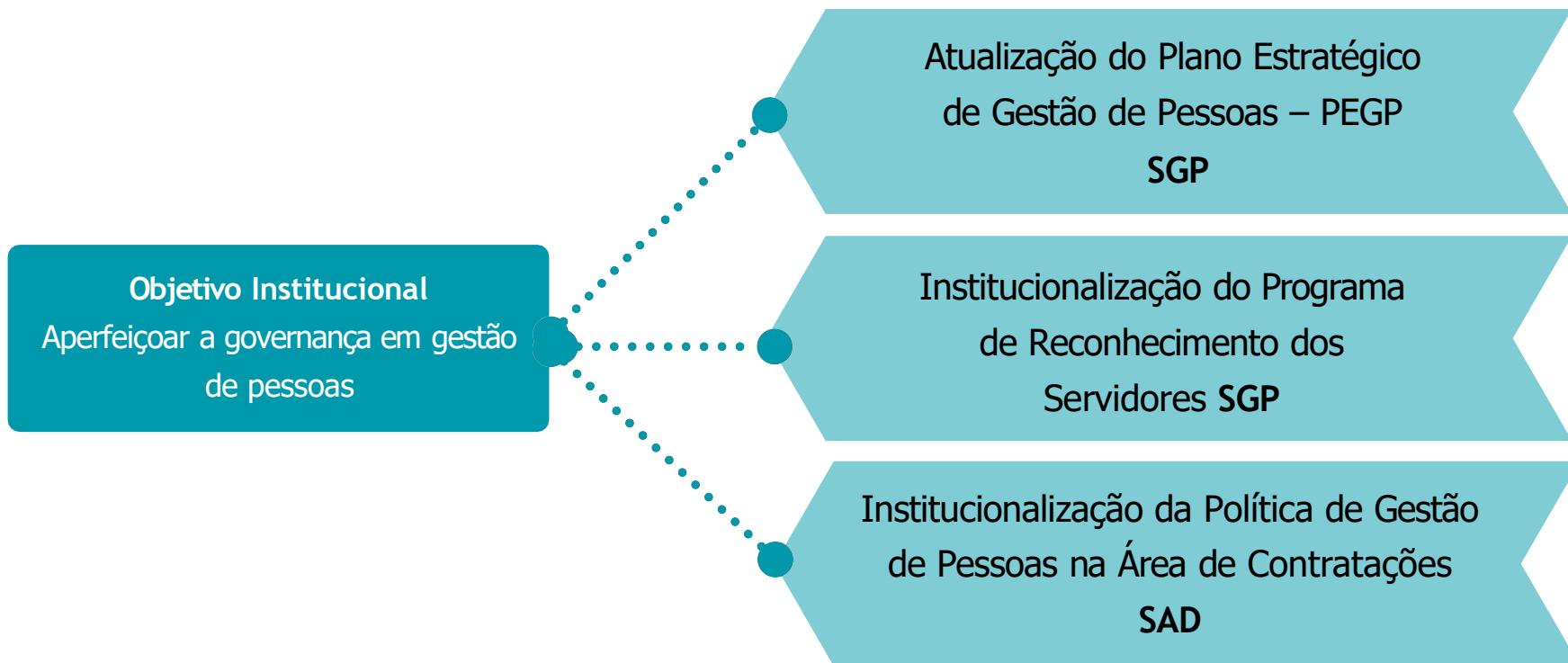
Assegurar os recursos para atendimento às demandas prioritárias do 1º grau de jurisdição

Implementação dos Planos de Contratações Anuais – PCA
COGEL

Instalação do Fórum Eleitoral e da Central de Atendimento no Centro de Fortaleza
SAD



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Objetivo Institucional
Aprimorar o sistema de gestão da ética

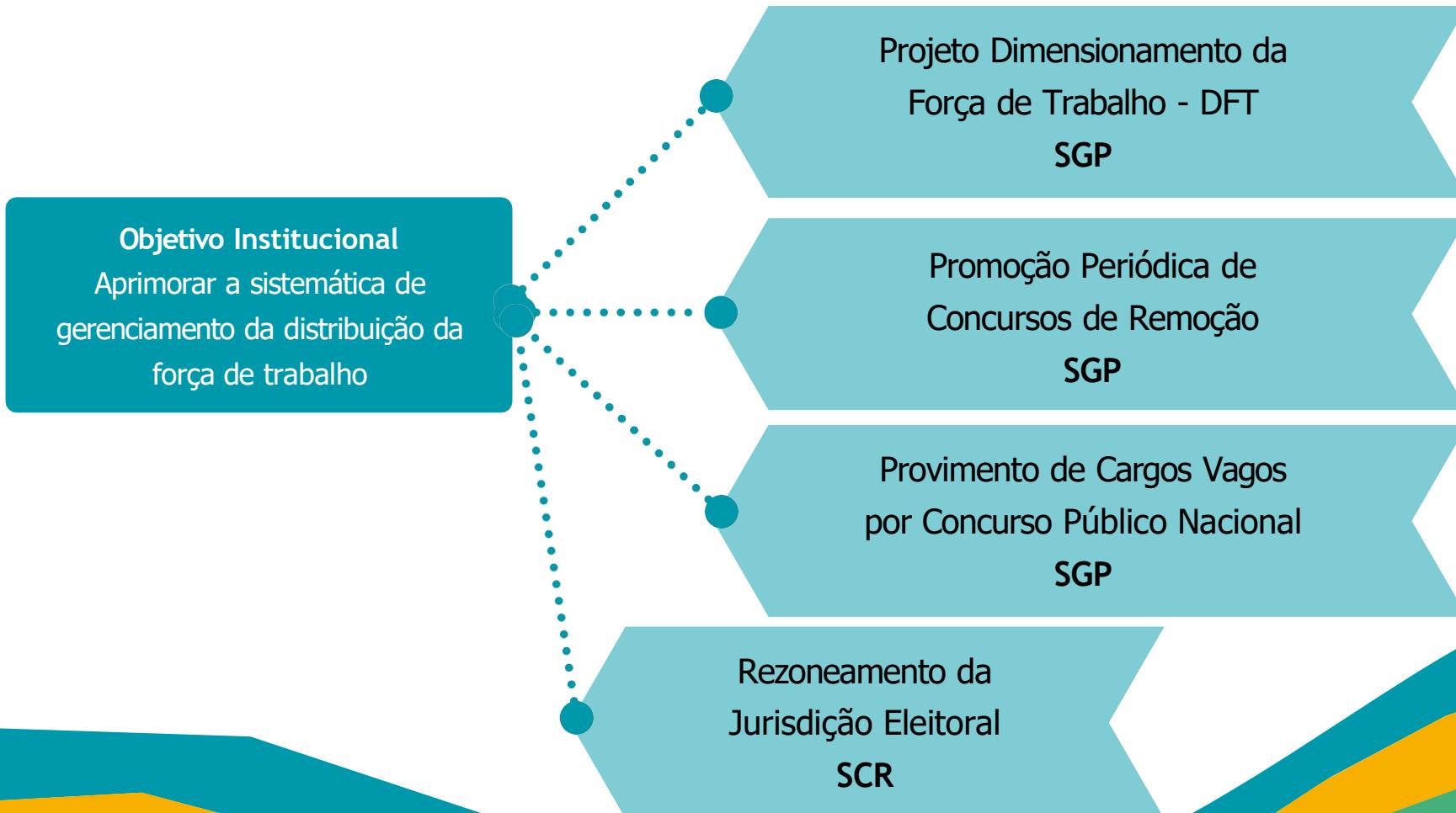
Normatização de Condutas e Padrões Éticos na Área de Contratações
CPE

Objetivo Institucional
Aperfeiçoar o modelo de gestão por competências

Fortalecimento da Gestão por Competências com Foco no Feedback
COEDE



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Objetivo Institucional
Intensificar as ações de promoção de saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores

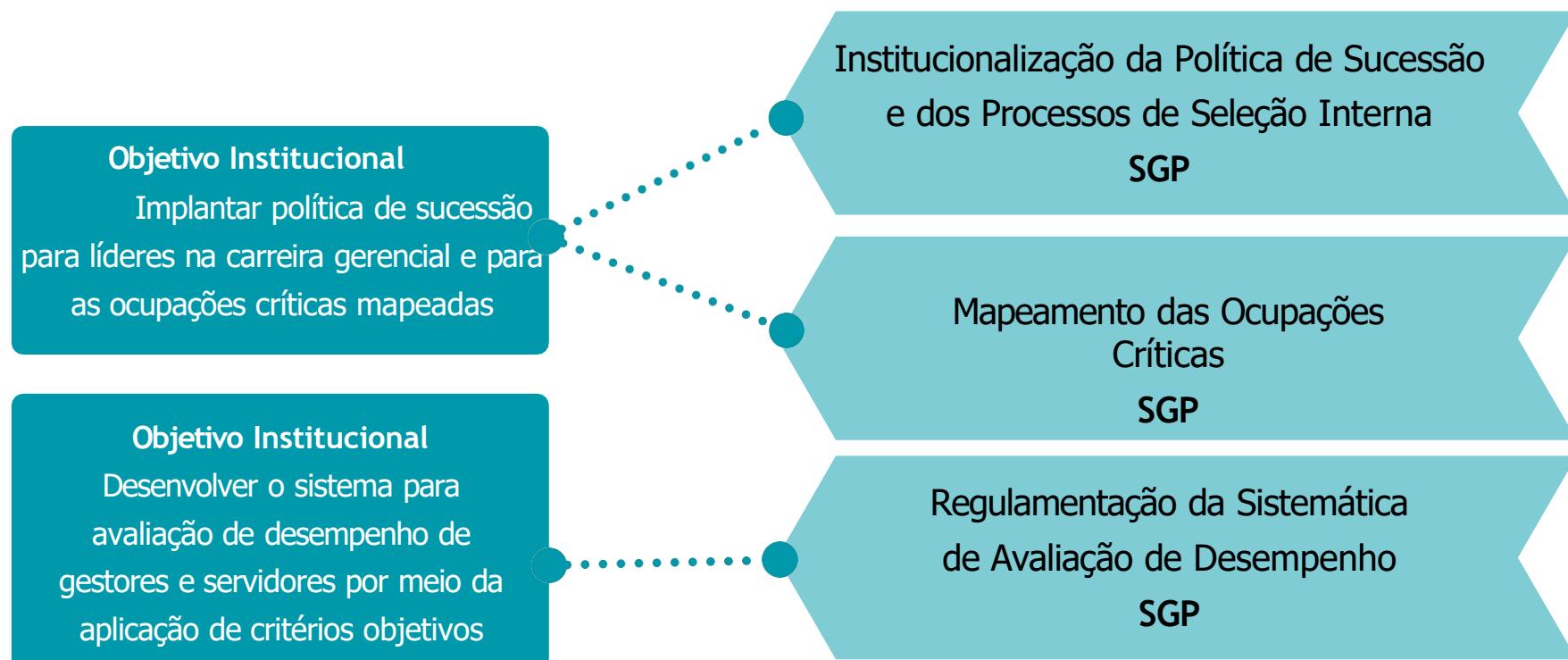
Objetivo Institucional
Aprimorar as ações de educação continuada para magistrados e servidores

Intensificação das Ações Voltadas ao Bem-estar Físico e Mental e à Qualidade de Vida
ASAUD

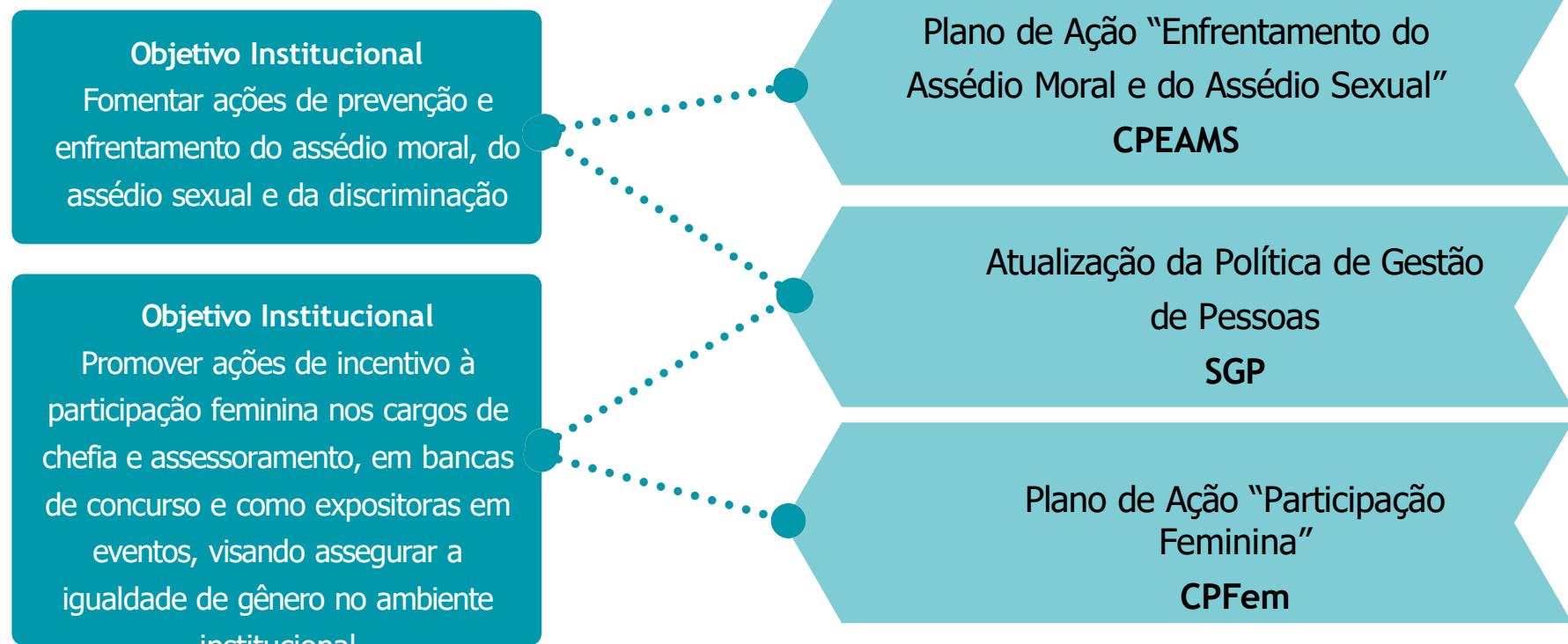
Utilização do Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências – PDDC
COEDE

Implementação do Programa de Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral
COEJE

Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



CPEAMS - Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual (Portaria TRE-CE nº 98/2021)

CPFem - Comissão de Participação Feminina (Portaria TRE-CE nº 802/2019)



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Objetivo Institucional

Ampliar a adoção de tecnologias assistivas e de ações inclusivas para assegurar a plena participação de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários com deficiência ou mobilidade reduzida, em igualdade de oportunidades com os demais

Plano de Ação “Capacitação sobre Acessibilidade e Inclusão”
COEDE



Macrodesafio Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Objetivo Institucional

Aprimorar a compatibilização do orçamento anual com o planejamento estratégico

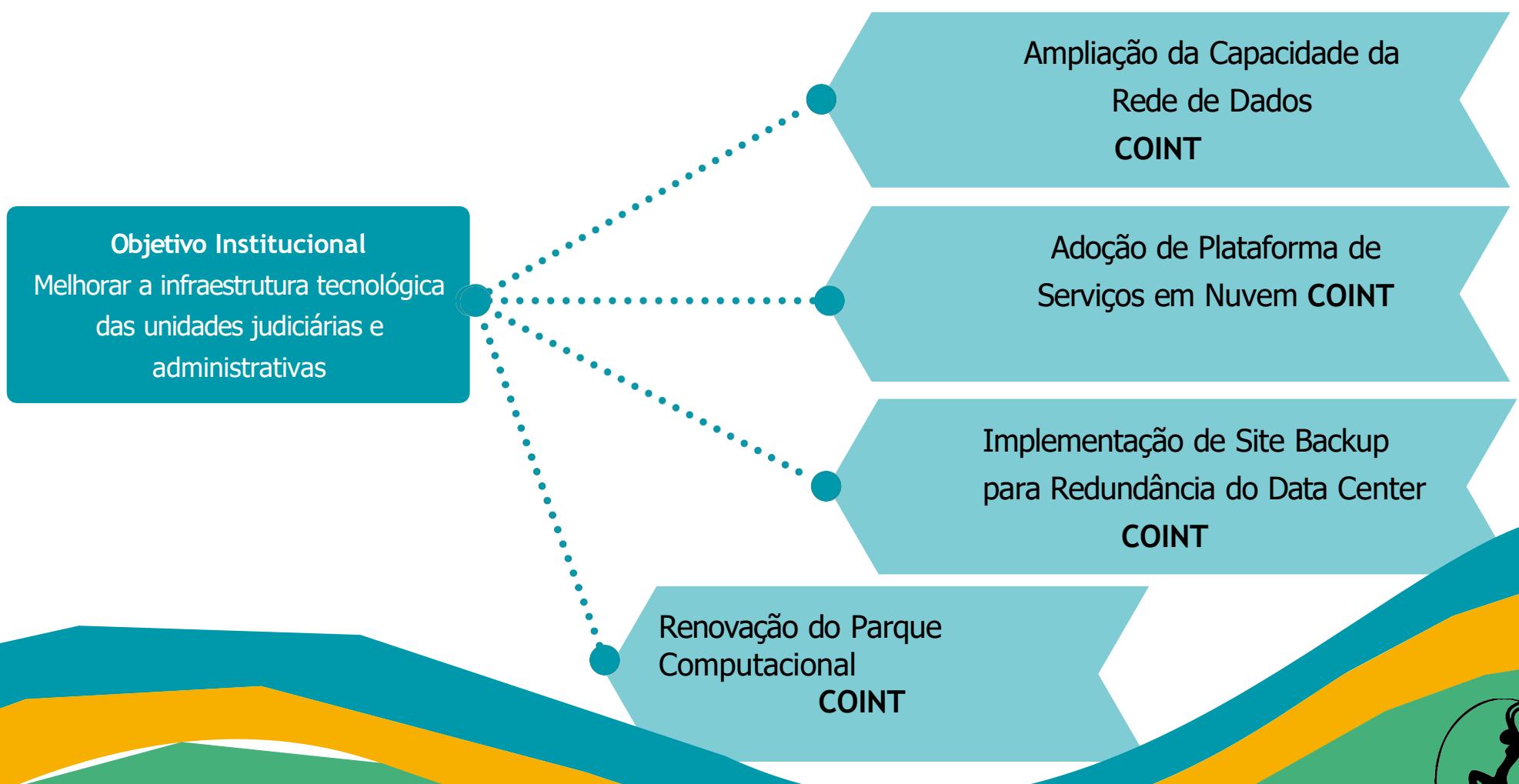
Requalificação do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão **COSIS**

Objetivo Institucional

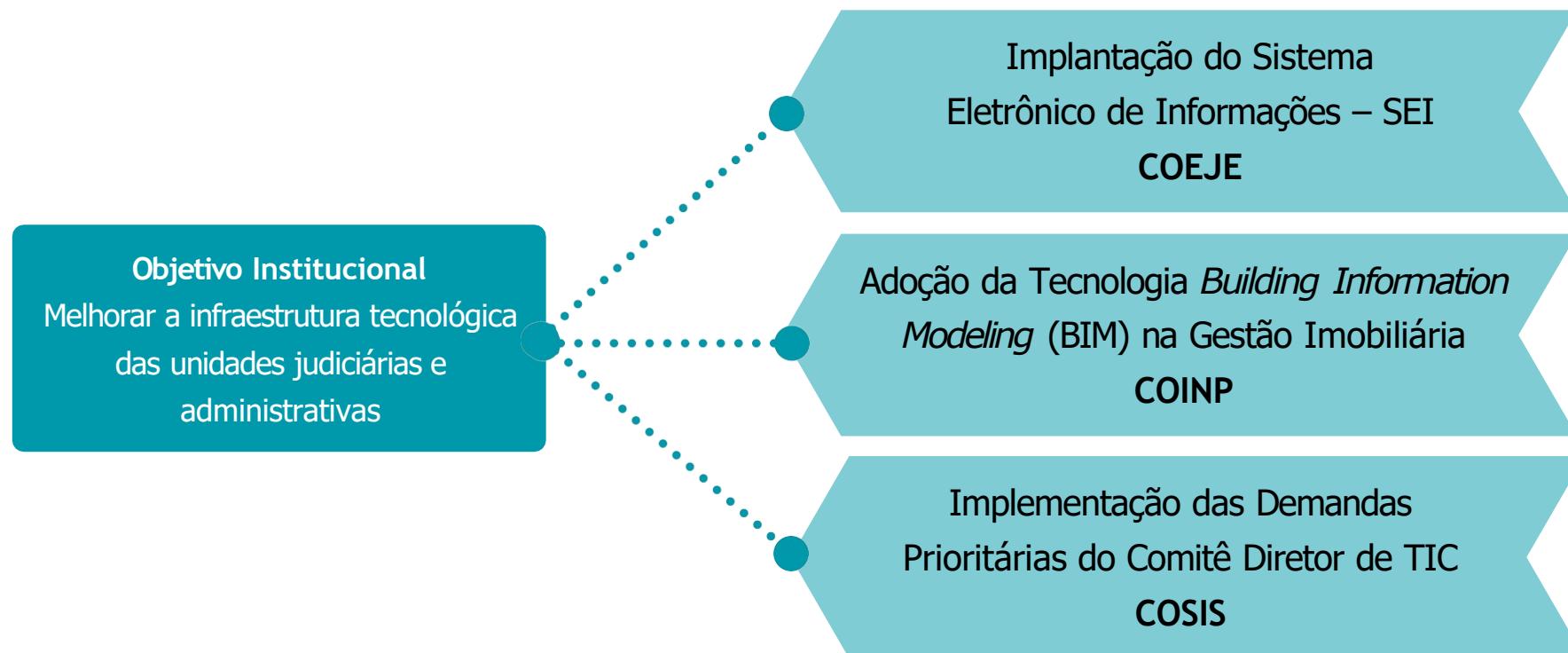
Melhorar a qualidade do gasto público

Implementação dos Orçamentos Anuais
SOF

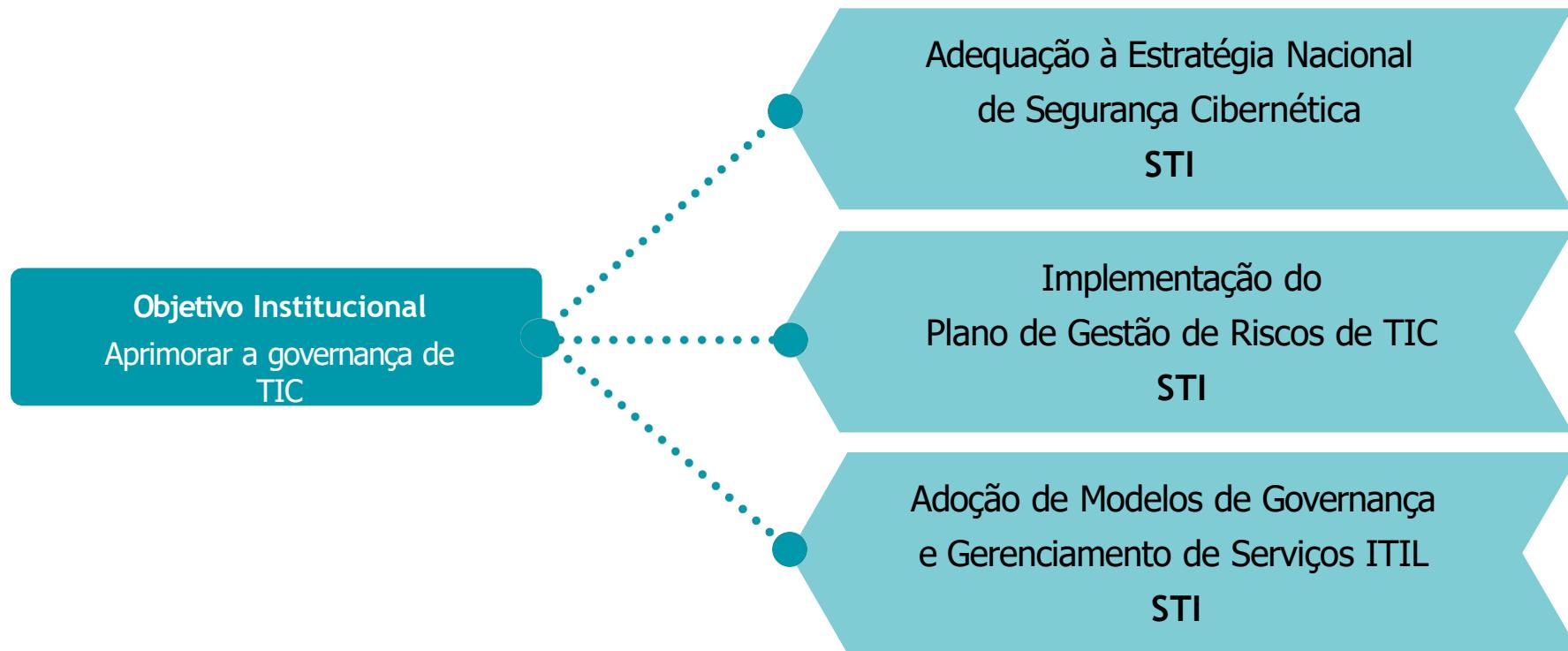
Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

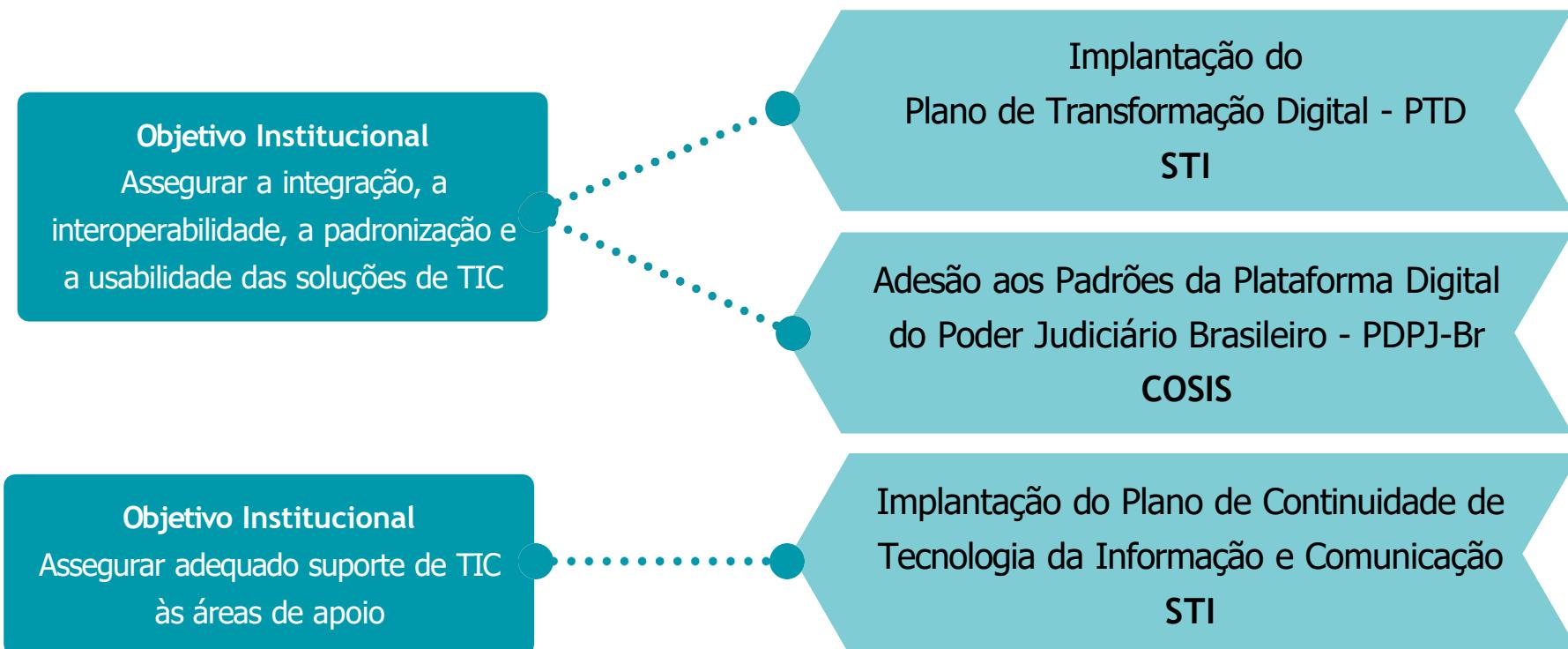
Objetivo Institucional
Implementar a política
de segurança de TIC

Revisão e Implementação da Política
de Segurança da Informação
COINT e ASEGI

Objetivo Institucional
Aprimorar o processo de aquisição e
de desenvolvimento de soluções de

Revisão dos processos de
aquisição de soluções de TIC
COINT

Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Macrodesafio Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Objetivo Institucional
Desenvolver processos para classificação e tratamento de informações, assegurando a proteção dos dados críticos nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Normatização do Processo para Classificação de Informações Digitais
CSI

Digitalização do Acervo Funcional de Magistrados e Servidores
COPES

CSI - Comissão de Segurança da Informação (Portaria TRE-CE nº 280/2017)



GESTÃO DESTE PLANO ESTRATÉGICO

Gestão Estratégica é o conjunto de práticas estipuladas pelos gestores de uma organização, cujo objetivo é o alcance de objetivos previamente definidos para o enfrentamento dos desafios identificados pela observação de cenários externos (tendências de mercado, economia, política, fatores sociais, boas práticas, regulamentação, etc.) e internos (recursos humanos, orçamento, capacidade tecnológica, cultura organizacional, etc).

A gestão deste Plano Estratégico, nos termos definidos na Resolução TRE-CE nº 793/2020, é realizada pelo **Comitê Estratégico**, mediante o monitoramento do desempenho institucional por meio da análise dos resultados dos indicadores de desempenho, da análise dos resultados das Metas Nacionais e Metas Específicas da Justiça Eleitoral, da verificação da realização de programas, projetos ou ações implementadas para alcance dos **Macrodesafios**, dos seus respectivos **indicadores de desempenho** e das **Metas Nacionais**.

Comitê Estratégico

Instituído pela Resolução TRE-CE nº 603/2015, o Comitê Estratégico é o colegiado de caráter multidisciplinar formado pelos gestores das áreas do TRE-CE, responsável pela implementação coordenada de políticas, programas, projetos e ações, no âmbito das unidades administrativas e judiciárias, voltadas para melhoria contínua da gestão administrativa e da prestação jurisdicional. Periodicamente, o comitê deverá reunir-se para avaliar a implementação deste plano e discutir alternativas e possibilidades para superar as dificuldades e os problemas eventualmente identificados.



Há quatro passos para a gestão do plano estratégico. São eles:



Objetivos

- Facilitar o monitoramento ativo dos resultados institucionais.
- Compartilhar informações com facilidade.
- Nutrir o modelo de gestão com as informações necessárias para ajustar os planos.
- Manter o planejamento estratégico aderente às mudanças de cenário.
- Promover o alinhamento e a coordenação das ações e dos projetos entre os níveis estratégico, tático e operacional.



